



## Escola de Tempo Integral e Juventude: a experiência da cidade de Governador Valadares-MG

*Full Time School and Youth: the experience of the city of Governador Valadares-MG*

*École À Temps Plein Et Jeunesse: l'expérience de la Ville Du Governador Valadares-MG*

Marcus Vinícius Fonseca<sup>1</sup>  
Universidade Federal de Ouro Preto

Roosvany Beltrame Rocha<sup>2</sup>  
Secretaria Municipal de Educação de  
Governador Valadares

**Resumo:** Este artigo trata a escola de tempo integral que foi implementada no município de Governador Valadares/MG na qual detectamos elevados índices de evasão e transferência, sobretudo entre os jovens que a frequentavam. Partimos dessa constatação para elaborar um estudo de caso que procurou identificar os elementos que concorreram para a resistência dos jovens em relação à escola de tempo integral. No Brasil, é possível perceber que as políticas educacionais têm favorecido ao desenvolvimento de escolas de tempo integral, mas entrevistas com jovens que vivenciaram essa experiência em Governador Valadares/MG revelaram que esses apresentam sérias restrições ao movimento de ampliação da jornada escolar.

**Palavras-chave:** Escola de Tempo Integral. Juventude. Política Educacional.

**Abstract:** This article deals with the full-time school that was implemented in Governador Valadares/MG where we detected high dropout and transfer rates, especially among young people. We started from this observation to elaborate a case study that tried to identify the elements responsible for the resistance of young people in relation to the full-time school. In Brazil, it is possible to see that educational politics have favored the development of full-time schools, but interviews with young people who experienced this experience in Governador Valadares/MG revealed that they have restrictions on the movement to expand the school day.

**Keywords:** Full Time School. Youth. Educational politics.

**Résumé :** Cet article traite de l'école à plein temps qui a été mise en place à Governador Valadares/MG où nous avons détecté des taux d'abandon et de transfert élevés, en particulier chez les jeunes. Nous sommes partis de ce constat pour élaborer une étude de cas qui a tenté d'identifier les éléments responsables de la résistance des jeunes par rapport à l'école à temps plein. Au Brésil, il est possible de voir que les politiques éducatives ont favorisé le développement des écoles à temps plein, mais des entretiens avec des jeunes qui

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo. Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto. Beneficiário do Programa Pesquisador Mineiro da Fapemig. E-mail: [mvfonseca2@yahoo.com.br](mailto:mvfonseca2@yahoo.com.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2292740924965797>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0127-5009>.

<sup>2</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal de Ouro Preto. Pedagoga da Secretaria Municipal de Educação de Governador Valadares – MG. E-mail: [roosvany@hotmail.com](mailto:roosvany@hotmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1315119816961026>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0281-1507>.

ont vécu cette expérience à Governador Valadares/MG ont révélé qu'ils ont des restrictions sur le mouvement pour étendre la journée scolaire.

**Mots-clés:** École à temps plein. Jeunesse. Politique éducative.

---

**Recebido em:** 16 de abril de 2020

**Aceito em:** 26 de maio de 2020

---

## Apresentação

Este artigo tem como objetivo tratar os conflitos relativos à proposta de escola em tempo integral e a resistência dos jovens em relação a essa forma de escolarização. A análise foi produzida a partir de uma investigação em relação aos motivos que levaram jovens<sup>3</sup> da cidade de Governador Valadares/MG a resistirem à experiência de estudar na escola em tempo integral que foi implementada no município, a partir de 2010.

O município de Governador Valadares está situado no leste do Estado de Minas Gerais, na região do Vale do Rio Doce, a 324 Km de Belo Horizonte. Possui uma população aproximada de 263.689 habitantes e, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), têm como principal fonte de renda o comércio e a agropecuária.

Em 2010, a Secretaria Municipal de Educação implantou em todas as escolas de educação infantil e do ensino fundamental de sua rede a proposta de escola de tempo integral ampliando a jornada escolar para oito horas.

Uma das motivações dessa implementação estava ligada ao fato de que Governador Valadares/MG figurava, em 2009, entre as 10 cidades do Brasil com maior índice de vulnerabilidade juvenil, segundo dados de pesquisas sobre o Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ). O município configurou-se, ainda, entre os 100 municípios nacionais com alto índice de homicídios com arma de fogo, entre os jovens de 15 a 29 anos. Em meio a esses dados a escola de tempo integral foi concebida como parte de uma proposta de assistência a jovens em situação de vulnerabilidade social.

Esses índices foram parte das justificativas que permitiram que as escolas da Rede Municipal de Ensino Fundamental de Governador Valadares/MG fossem contempladas pelo programa de fomento à educação integral do governo federal - Programa Mais Educação

---

<sup>3</sup> Utilizamos como referência o conceito de juventude que tem sido elaborado por autores como Dayrell e Carrano (2002, p. 4): “Os jovens sobre os quais nos referiremos prioritariamente neste artigo constroem determinados modos de ser jovem que apresentam especificidades, o que não significa, porém, que haja um único modo de ser jovem nas camadas populares. É nesse sentido que enfatizamos a noção de juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existente. Assim compreendida, torna-se necessário articular a noção de juventude à de sujeito inserido em determinada realidade social e histórica”. (DAYRELL & CARRANO, 2002, p.4).

(PME) - que tinha como um de seus critérios promover esse tipo de educação em cidades onde os jovens estivessem expostos a elevados índices de vulnerabilidade social<sup>4</sup>.

Assim, o projeto Escola de Tempo Integral de Governador Valadares/MG foi implantado de forma universal e compulsória em 27 escolas do meio urbano e 23 do meio rural atendendo a mais de vinte cinco mil alunos. O projeto foi institucionalizado através de uma jornada de 08 horas diárias, entre aulas e oficinas incluindo nesse tempo os intervalos para alimentação dos educandos.

Houve uma profunda mudança no horário das escolas que foram organizados das 7h às 15h, divididos entre as aulas dos conteúdos disciplinares e 05 oficinas integradas ao currículo através do Programa Mais Educação (PME), com o tempo de 50 minutos para cada módulo de aula/oficina, ou seja, a escola da rede municipal poderia optar de acordo com sua proposta pedagógica por 05 oficinas ofertadas pelo PME, dentro dos campos da arte, cultura, esporte e lazer.

Quanto à diretriz curricular a escola de tempo integral valadarenses foi organizada por eixos temáticos distribuindo-se as disciplinas/conteúdos através dos seguintes eixos: *Identidade e Diversidade, Comunicação e Múltiplas Linguagens, Sustentabilidade e Protagonismo*. Essa proposta tinha como pressuposto a ideia de desenvolver uma educação integral através de uma visão ampla e abrangente do conhecimento (GOVERNADOR VALADARES, 2009).

No momento de sua implantação a escola de tempo integral de Governador Valadares/MG contava com 25.551 crianças e jovens, destes 4.479 pertenciam aos anos finais do ensino fundamental. Segundo dados da Secretaria Municipal de Educação após quatro anos de experiência do programa 1939 alunos que pertenciam aos anos finais do ensino fundamental se transferiram para o sistema parcial de ensino que continuou vigorando nas escolas da Rede Estadual de Educação de Governador Valadares/MG.

A partir do momento que constatamos esses movimentos de transferência dos alunos dos anos finais da escola de tempo integral do município para as escolas de tempo parcial sob a responsabilidade do governo do estado começamos a nos perguntar sobre a motivação desses jovens<sup>5</sup>. Por que se transferiram e o que representou para esses alunos estudar em uma escola de tempo integral?

---

<sup>4</sup>O Programa Mais Educação (PME) foi instituído em 2007, constituindo-se como uma estratégia do Ministério da Educação (MEC) para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino através da ampliação da jornada escolar para no mínimo 7 horas diárias. <http://portal.mec.gov.br/par/195-secretarias-112877938/seb-educacaobasica-2007048997/16689-saiba-mais-programa-mais-educacao>. Acessado em 26.06.2017.

<sup>5</sup> Existem diferenças entre o movimento de *evasão escolar* e de *transferência escolar*: o primeiro representa a ação do estudante de “deixar” de frequentar a escola caracterizando uma situação de abandono escolar; o segundo refere-se ao fato de que o aluno, pelos mais diferentes motivos, muda de escola. Grande parte do movimento que caracterizou a escola de tempo integral em Governador Valadares/MG foi de transferência para as escolas da Rede Estadual de Minas Gerais. Isso pode ser tomado como um movimento de resistência ao projeto de escola de tempo integral através de uma mudança para escolas de tempo parcial.

Procuramos buscar respostas para essas questões através da realização de um estudo de caso sobre a experiência da escola de tempo integral na cidade de Governador Valadares/MG. Para isso selecionamos como sujeitos da pesquisa jovens que estavam nos anos finais do ensino fundamental que se recusaram a seguir seus estudos na escola de tempo integral.

Para identificação do grupo de jovens que seria entrevistado realizamos um levantamento junto à Secretaria Municipal e Educação para identificar as quatro escolas com maiores índices de evasão e transferência. Foram feitas visitas a essas escolas para coletar dados sobre os alunos que se transferiram para Rede Estadual de Educação, em seguida procuramos identificar esses alunos junto às escolas estaduais. Identificados os alunos foram feitos os convites para participação na pesquisa. Assim, compomos um grupo de 14 jovens (07 homens e 07 mulheres), na faixa etária entre 13 e 16 anos que vivenciaram a experiência na escola de tempo integral por pelo menos 2 anos - no período entre 2010 a 2014 - que em seguida se transferiram para a escola de tempo parcial da rede estadual.

Utilizamos também como procedimento metodológico uma observação das quatro escolas da rede municipal que apresentaram maior índice de transferência em Governador Valadares/MG. Por fim, a pesquisa contou ainda com a análise da legislação e de documentos que orientaram a implementação do projeto de escola de tempo integral em Governador Valadares.

Este artigo procura situar diferentes dimensões da escola de tempo integral, sobretudo a partir da experiência de Governador Valadares. No entanto, tem como referência fundamental apresentar a análise das entrevistas produzidas com os jovens e suas justificativas em relação à motivação para recusa de permanecerem em uma escola de tempo integral.

### **A educação de tempo integral e as políticas educacionais**

A educação integral é tema recorrente nas discussões educacionais desde o final do século XIX, contudo, um dos momentos mais importantes de sua afirmação na sociedade brasileira remonta à Constituição Federal de 1988 que se apresentou como um importante marco em defesa de um pleno desenvolvimento do educando. Segundo Leite et al. (2015, p.35):

O debate sobre a educação integral também está presente na Constituição Federal de 1998, mesmo não descrevendo o conceito no texto. No artigo 205 da Carta Magna, a educação é apresentada como um direito humano promovido e incentivado pela sociedade. No artigo 206 é citada a gestão democrática do ensino público, o que também dialoga diretamente com a educação integral, que preconiza a intersetorialidade como eixo fundamental das ações educativas. No artigo 227 afirma-se que a educação é dever da família, da sociedade e do Estado.

O debate se fortaleceu com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996) que, em seus artigos 2 e 34, estabeleceu que “a educação, dever da

família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” e “a jornada escolar no Ensino Fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola” (BRASIL, 1996).

No mesmo período foi implantado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef/1996) que criou um fundo contábil para garantir uma subvinculação dos recursos da educação para o ensino fundamental, bem como para assegurar melhor distribuição de recursos (BRASIL, 1996). Em 2007, o Fundef foi substituído pelo Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais do Magistério - que trouxe como inovação *a distribuição dos recursos levando em conta a extensão do tempo escolar* (BRASIL, 2007).

Cavaliere (2014, p. 1208) destaca essa iniciativa no que se refere à sua importância para o estímulo às escolas de tempo integral:

A lei do Fundeb é das mais importantes, pois especifica aportes financeiros maiores para as matrículas em tempo integral, diferenciando os acréscimos de acordo com os níveis de ensino: creche-10%; pré-escola-15%; educação fundamental-25% e ensino médio-30%. Assim, foi a lei do Fundeb que primeiro ‘levou’ a escola de tempo integral para toda a educação básica.

O tema ganhou destaque e relevância nas políticas educacionais que foram estabelecidas após o ano de 2007, destacadamente no *Plano de Desenvolvimento da Educação* (PDE-2007) e *Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação*<sup>6</sup> que, entre outras coisas, tiveram como finalidade a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo de permanência na escola. Menezes (2009) destaca que o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação retoma a premissa da escola de tempo integral associada à da formação multidimensional do indivíduo e na perspectiva da escola integrada às diferentes dimensões do espaço escolar.

O *Plano Nacional de Educação* – PNE 2014/2024 acompanhou essa tendência e consolidou a inserção do tema em meios às políticas educacionais à medida que a escola em tempo integral foi estabelecida como uma meta específica para todos os níveis da educação básica: “... **Meta 6:** oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por

---

<sup>6</sup> O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) foi construído a partir de um conjunto de programas que visava melhorar a educação no Brasil em todos os níveis em um prazo de quinze anos, a contar de seu lançamento, em 2007. O *Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação* trata-se de uma iniciativa que apresenta 28 diretrizes para a educação nacional representando a conjugação de esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios em prol da melhoria da qualidade da educação básica.

cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica”. (BRASIL, 2014, p. 30).

Em meio a esse conjunto de iniciativas e políticas que contemplaram a educação de tempo integral merece destaque a forma como o tema apareceu no *Programa Mais Educação (PME)* que pode ser definido como o primeiro programa de governo efetivamente voltado para o fomento à educação integral:

Contribuir com a formação integral por meio de apoio as ações sócio-educativas no contraturno escolar, tendo como finalidade apoiar a ampliação do tempo e do espaço educativo e a extensão do ambiente escolar nas redes públicas de educação básica, mediante a realização de atividades também no contraturno escolar. (BRASIL, 2007, p.07)

Uma das propostas do *Programa Mais Educação* era promover um reordenamento da lógica do tempo e do espaço escolar. Um de seus aspectos estruturantes era a ampliação da jornada escolar modificando a inserção dos saberes para que não houvesse uma mera duplicação da grade curricular em dois turnos. Como destaca Moll (2012, p. 133) a ideia era evitar *mais do mesmo*:

Trata-se, portanto, de ampliar o tempo de permanência na escola, garantir aprendizagens e reinventar o modo de organização dos tempos, espaços e lógicas que presidem os processos escolares, superando o caráter discursivo e abstrato, predominante nas práticas escolares.

Cavalieri (2007) reafirma esta premissa ao apresentar que a ampliação dos tempos da escola é, entre outras coisas, perpassada pela busca de seu melhor ajustamento ao mundo do trabalho e da própria escola em relação à vida.

Foi dentro dessa lógica que o *Programa Mais Educação* procurou se estruturar evitando uma mera duplicação do tempo escolar buscando, assim, fomentar a educação integral na perspectiva do tempo integral. Isso deu origem a múltiplas experiências em todo o território nacional, entre elas aquela que passou a ocorrer em Governador Valadares/MG, a partir do ano de 2010.

### **A Escola de Tempo Integral de Governador Valadares/MG e o protagonismo juvenil**

De acordo com as Diretrizes Curriculares da Escola de Tempo Integral de Governador Valadares o atendimento à demanda de jovens para o segundo segmento do ensino fundamental seria uma das prioridades na sua implantação:

O município apresenta alto índice de escolaridade das crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, índice que cai significativamente na faixa de 15 a 17 anos, justamente o segmento mais vulnerável (segundo o IPEA e IBGE) ao desemprego em nosso país (faixa que estende até os 24 anos de idade). O mesmo ocorre em relação ao atendimento da infância (de 0 a 6

anos), apresentando déficit de 19 mil vagas. Assim, os extremos da educação básica e parte significativa da população adulta perfazem o público-alvo prioritário das ações educacionais do município. (GOVERNADOR VALADARES, 2009, p.10).

Buscou-se operar com a premissa de que:

Governador Valadares figurou, em 2009, entre as 10 cidades do Brasil com maior índice de vulnerabilidade juvenil, segundo dados de pesquisas sobre o Índice de Vulnerabilidade Juvenil, apresentados, em 2009, pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pelo Ministério da Justiça, coordenada pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Com isso, segundo a Secretaria de Educação, essa política de ampliação do tempo na escola associa projeto educacional com projeto de proteção das crianças e dos adolescentes. (GRUPO TEIA, 2012, p.21)

Portanto, um dos argumentos que sustentaram a implantação da escola de tempo integral no município era a violência juvenil. O movimento de “tirar o jovem da rua” se tornou um aspecto essencial da proposta que considerava que a ampliação da jornada escolar poderia resolver o problema da violência juvenil.

Assim, a proposta da Secretaria Municipal de Educação para os jovens era a de desenvolver o protagonismo juvenil através de um currículo dinâmico e integrado de oficinas, como era proposto pelo Programa Mais Educação (PME) ao qual Governador Valadares/MG aderiu e que passou a compor parte do financiamento do projeto de escola de tempo integral que foi construído na cidade<sup>7</sup>.

A ideia era construir uma escola que possibilitasse as vivências da cultura juvenil através “de um Projeto Pedagógico com ênfase na socialização, na promoção do protagonismo infanto-juvenil, apoiado no acompanhamento e peculiaridades da infância e da adolescência, com o objetivo de construir espaços de promoção da vivência cidadã.” (GOVERNADOR VALADARES, 2009, p.09).

Entretanto, apesar desse movimento de construção de uma escola pensada e planejada para os jovens esses demonstravam um permanente sentimento de insatisfação. O elemento mais presente nesse sentimento era a ideia de tempo integral. Os estudantes alegavam que isso gerava cansaço fazendo desse argumento algo constante nos processos de avaliação do projeto. Nas entrevistas, os alunos apresentavam a percepção de que a ampliação da jornada escolar havia apenas duplicado os conteúdos curriculares tendo como consequência um desgaste maior na relação entre professores e alunos.

---

<sup>7</sup> O movimento de implantação da escola de tempo integral em Governador Valadares/MG foi um compromisso assumido no programa de governo da prefeita eleita para a gestão 2008-2012, que pertencia ao Partido dos Trabalhadores. É importante destacar esse fato, pois o grupo político que implementou a experiência em Governador Valadares/MG pertencia ao mesmo partido que se encontrava a frente do executivo federal, o que certamente facilitou o processo de adesão aos programas do Governo Federal. Para uma análise mais detalhada ver: Rocha, 2017.

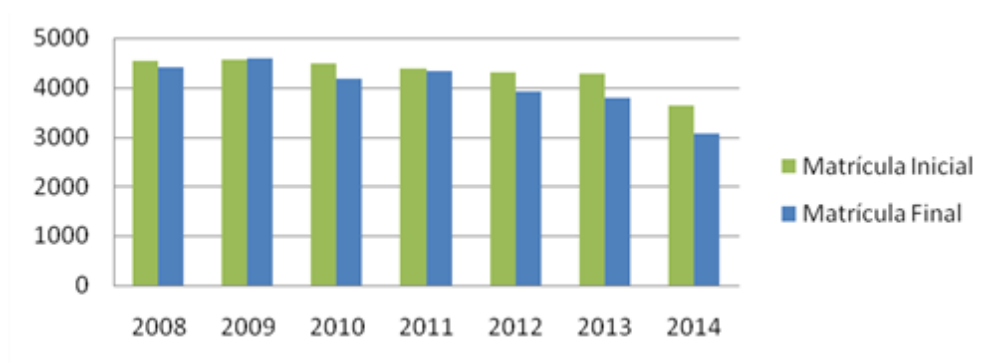
Para os jovens “ficar até às 15h” na escola de tempo integral se tornou algo cansativo, pois, mesmo considerando como ponto positivo a entrada das oficinas do *Programa Mais Educação* (PME) no currículo os problemas existentes na escola parcial ficaram mais evidentes com a ampliação da jornada.

Questões como a divisão do tempo para cada atividade, à infraestrutura da escola e a alimentação que, até então, eram questões entendidas como aceitáveis pelos jovens se tornaram elementos centrais nas críticas em relação à escola. A escola de tempo integral passou a ser percebida como uma escola de longa duração, uma experiência pouco atrativa e distante do desejo dos jovens.

Esse sentimento se traduziu na queda expressiva do número de alunos matriculado no segundo segmento do ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino de Governador Valadares. Constatamos que no período que vai de 2010 a 2014 houve uma queda 32,6% nas matrículas no segundo segmento do ensino fundamental, pois, no ano de implantação do programa da escola de tempo integral havia 4133 estudantes matriculados nesse segmento, em 2014 o número caiu para 2892.

**Gráfico 1**

Matrícula Inicial e Final do Ciclo da Adolescência da Rede Municipal / 2008 - 2014<sup>8</sup>



**Fonte:** Quadro de Matrículas Iniciais e Final, relativas aos anos de 2008 a 2014, SMED de Governador Valadares – MG.

A análise dos dados de matrícula apresentados no Gráfico 1 revela que os maiores índices de queda nas taxas de matrículas iniciais e finais se deram no biênio de 2013 e 2014, atingindo um número de 1076 estudantes evadidos e/ou transferidos para a rede estadual de ensino. Verificamos que no ano de 2013 a matrícula inicial nos dois últimos anos do segundo segmento do ensino fundamental totalizava 1319 e em 2014 totalizou 971, ou seja, houve uma queda de 27%.

<sup>8</sup> Matrícula Inicial e Final refere-se ao número de estudantes matriculados e frequentes no ano letivo em Fevereiro e Dezembro, respectivamente.



A consulta que promovemos junto aos dados provenientes da Secretaria Municipal de Educação de Governador Valadares/MG revelaram que a maioria dos estudantes não evadiram das escolas municipais, mas se transferiram para as escolas de tempo parcial da rede estadual de ensino da cidade.

Portanto, não houve um pleno encontro entre a proposta de educação de tempo integral, tal como foi formulada e implantada na Rede Municipal de Ensino, e os jovens que nela estudavam.

Para tentar compreender de forma mais clara as motivações que levaram a uma recusa dos jovens pela escola de tempo integral optamos por entrevistar 14 estudantes na faixa etária de 13 a 19. Escolhemos aqueles que vivenciaram a experiência da escola de tempo integral entre 2 e 4 anos e depois se transferiram para a Rede Estadual de Ensino de Governador Valadares, em um movimento claro de opção pela escola de tempo parcial.

### **A escola de tempo integral na percepção dos jovens**

Uma das questões que dirigimos aos jovens durante a entrevista sobre suas trajetórias escolares era sobre “sua compreensão do que é uma escola em tempo integral”. As respostas foram unânimes: para eles o objetivo da ampliação do tempo escolar era para afastá-los da violência na cidade. Segundo *Ricardo*<sup>9</sup>, “a escola de tempo integral é uma escola para os pais porque ao invés do filho ficar na rua, fica na escola”. Na entrevista com *Maria* encontramos a mesma afirmação, “tempo integral é porque tem muita mãe que trabalha até não sei quantas horas e não quer deixar o filho na rua e coloca na escola de tempo integral”.

Segundo Souza (2015), o binômio proteção/educação está presente nos estudos realizados sobre a escola de tempo integral de Governador Valadares/MG, pois aparece na percepção dos próprios jovens como justificativa para a sua permanência na escola durante quase todo o dia.

O tempo escolar não é uma dimensão neutra e não pode ser dissociado de outros tempos e espaços sociais. A ampliação do tempo escolar não traz a garantia de uma educação que envolva dimensões diversas da formação do indivíduo. Ampliar o tempo de permanência do aluno na escola reproduzindo a lógica da escola parcial é simplesmente duplicar a lógica presente na escola de tempo parcial, como adverte Moll (2012).

Podemos dizer que a dimensão do tempo foi se configurando como pano de fundo da trama que se compunha como um fardo para os jovens. Para aqueles que foram entrevistados o tempo integral era percebido como algo impositivo. Percebemos que para eles a escola de tempo integral foi produzida de forma autoritária e sem a sua efetiva participação. Segundo

---

<sup>9</sup> Os nomes dos jovens estudantes entrevistados foram alterados, buscando assim garantir o anonimato dos mesmos.

Parente (2010, p. 149) isso promove um distanciamento entre as experiências dos sujeitos e as formas de organização do espaço escolar:

[...] a estreita e necessária associação entre tempos de vida e tempos de formação, no entanto, nem sempre é considerada na montagem da organização escolar. A organização escolar brasileira, contemplando-se sua diversidade, convive com uma ordenação que, de modo geral, não se vincula aos tempos de vida dos sujeitos da educação.

A dimensão do tempo foi tomando contornos diferentes na voz dos entrevistados assumindo diversas formas. Tivemos a possibilidade de detectar diferentes níveis de tempo através da fala dos estudantes: o tempo que se vive, do tempo que se sente, o tempo que se impõe e o tempo cronológico. Nessa perspectiva, a vivência do tempo cronológico se entrelaça e interfere no tempo vivido. São essas duas modalidades temporais que aparecem em destaque dentro das experiências dos jovens.

Quando perguntamos se eles gostavam de estudar na escola de tempo integral o caráter cronológico do tempo, ou seja, aquele que era passado na escola, medido pelos relógios e destinados às disciplinas que compunham a grade curricular, tornou-se o fio condutor para dar significado às suas experiências.

O tempo de permanência na escola - 8 horas – era considerado como “desperdício”, um tempo que não agregava nada à suas vidas. A duplicação do tempo, ou esse tempo “a mais”, na percepção dos jovens entrevistados não contribuía no seu aprendizado e nem tampouco ampliava à percepção de sua experiência como estudante.

*Cristina* aponta que sua resistência se justificava pelo “excesso de tempo dentro da escola. Ficar 8h dentro da escola é muito tempo. Muito tempo de aula. E, assim se torna cansativo”. *João* reforçou essa visão negativa em relação à escola de tempo integral quando aponta que não gostava da experiência “porque era mais tempo dentro da escola e que neste tempo não havia atividades prazerosas”.

A mera ampliação da jornada escolar adquiriu um sentido negativo para os jovens isso está nítido na experiência dos estudantes da escola de tempo integral de Governador Valadares/MG e pode ser tomado como uma justificativa para os elevados índices de transferência para a escola de tempo parcial.

Em estudo sobre os Centros Integrados de Educação Pública (CIEP's), no Rio de Janeiro, Cavaliere (2007) detectou que alunos do segundo segmento do ensino fundamental também resistiram ao tempo integral levando também a uma grande redução do número de alunos. Ressaltamos que os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) foram instituições de Ensino Fundamental no estado do Rio de Janeiro que tinham como propósito

uma educação para formar o cidadão. Seu funcionamento era em regime de tempo integral, das 8h às 17h, através de um conjunto de atividades como aulas, esporte, arte, uso da biblioteca e estudos dirigidos. Cavaliere (2007, p.1019) destaca que a permanência dos jovens na escola de tempo integral depende necessariamente de sua adesão e satisfação pessoal:

Nos CIEPs de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série, a ocupação pouco interessante do horário integral levou à criação de um conceito negativo sobre essas escolas e ao seu consequente esvaziamento. Nessa faixa etária, a satisfação e adesão do próprio alunado são essenciais para a sua permanência. Como esses CIEPs ficaram, em muitos casos, reduzidos às aulas convencionais, a inadaptação tornou-se frequente.

Quando perguntamos aos estudantes de Governador Valadares/MG sobre o que mais gostavam na escola de tempo integral a questão do tempo tomava uma dimensão secundária. Os jovens afirmavam que suas lembranças positivas estavam ligadas às relações de convivência com seus pares e também com os professores. *Marcos* afirmou que “o que mais gostava eram as amizades, eram os momentos que podíamos conversar e conviver um com outro, sem ter que ouvir os professores reclamarem da gente”. Para *Renata* “o que mais gostava eram os professores e gostava muito da escola também, mas, não gostava do horário integral”.

Ao analisarmos as falas dos jovens sobre os motivos que os levaram a sair da escola de tempo integral verificamos que foi unânime a indisposição com a proposta de ampliação da jornada escolar em um contínuo de aulas e oficinas de forma compulsória. A ideia da obrigatoriedade para a ampliação do tempo escolar e para a participação nas oficinas foi percebida por eles como falta de autonomia. Segundo Sposito (2005, p.89) a experiência com a autonomia é algo central na vida dos jovens:

Da heteronomia infantil à completa autonomia que, em tese, configura a situação do adulto na sociedade, a juventude é vivida como um processo definido a partir de uma inegável singularidade: é a fase da vida em que se inicia a busca dessa autonomia, marcada tanto pela construção de elementos de identidade - pessoal e coletiva - como por uma atitude de experimentação (SPOSITO, 2005, p.89).

No percurso das entrevistas os jovens afirmavam a todo instante sua preferência por uma escola aberta e participativa onde os mesmos poderiam escolher as atividades a serem vivenciadas. É o que pode ser evidenciado na fala de *João*: “Eu diminuiria o tempo...E, quem quisesse ir embora, ia, aí tipo assim...Aí tipo, de manhã ia ter aula normal, Matemática, História e tal aí de tarde ia ter tipo, lazer...Tipo, ia ser circo, judô, capoeira.”.

O movimento de construção compulsória da escola de tempo integral em Governador Valadares/MG, ou seja, sem uma participação ativa dos diversos segmentos envolvidos com a escola (professores, pedagogos, auxiliares de limpeza, pais e estudantes), conforme observamos nos documentos oficiais, dificultou o processo de adesão à proposta, sobretudo dos estudantes.

Portanto, para os jovens a escola deveria ser considerada como um espaço de encontro com os pares, de respeito às culturas juvenis, de integração e, principalmente, de participação. Porém, nada disso fazia parte da realidade vivenciada em Governador Valadares/MG que, na verdade, ampliou o tempo escolar em detrimento de outros tempos presentes na vida e nas experiências dos jovens.

Durante o percurso da análise das entrevistas com os jovens percebemos uma unanimidade na indisposição para a ampliação da jornada escolar através das aulas e oficinas. A ideia da obrigatoriedade para a ampliação do tempo e para a participação nas oficinas era percebida por eles como falta de autonomia.

O tempo integral também foi apresentado a partir de sua percepção como um instrumento de regulação e encarceramento, termos como “cadeia” e “presídio” foram usados por todos eles nas entrevistas. Segundo *Carlos*, “ficar na escola de 8h até às 16h, era a mesma coisa de cadeia, presídio... Demora demais sair”. Nessa perspectiva o tempo e o espaço escolar se fundem em uma percepção que ressalta seu caráter eminentemente disciplinar e punitivo.

Perguntamos aos jovens sobre a forma como acreditavam que deveria ser organizada a escola de tempo integral. Eles responderam a questão destacando a necessidade de uma escola com mais abertura para a sua participação e interação. *Luan* afirmou que “eu diminuiria um pouco das aulas que tem matéria, português, matemática... Tirava um pouco as aulas destas matérias e colocaria judô, atletismo, assim... deveria ter mais tempo para os alunos e professores... levar pra quadra pra divertir, sair da sala pra ficar fora um pouco”. Na mesma perspectiva *Marcos* afirmou que uma “uma escola de tempo integral tem que ser aberta, em outros espaços que não seja só a sala, pois, cansa. E temos que sair da sala pra ficar fora um pouco, viver outras coisas. E não ficar só com aulas de português”.

Essa perspectiva apresentada pelos jovens é apontada por Arroyo (1988, p.4) como elemento central em relação às formas de ampliação do tempo escolar:

Não se amplia o tempo para poder ensinar e aprender mais e melhor, mas para poder experimentar relações e situações mais abrangentes: alimentar-se, assear-se, brincar, relacionar-se, trabalhar, produzir coletivamente na escola. Acredita-se na força educativa de experimentar, vivenciar uma ordem, uma organização social o mais total possível (ARROYO, 1988, p.4).

A ampliação do tempo deve ocorrer a partir de uma mudança da lógica de operação da escola. Nesse sentido, é recorrente a crítica em relação ao espaço escolar e o apontamento quanto à necessidade de utilização de outros espaços para além da sala de aula como elemento privilegiado de desenvolvimento das atividades escolares.

O tempo e o espaço escolares estão intimamente ligados, ou seja, foram produzidos historicamente a partir de uma lógica em que foram sendo articulados e construídos conjuntamente. Vidal e Faria Filho (2000, p. 20) destacam que:

Ao se acompanhar os debates que se travaram na área da educação ao longo do século XIX, mais especificamente aqueles que se referiam às determinações sobre os conteúdos escolares, o que atualmente denominamos programa e currículos, percebe-se que a extensão estava intimamente relacionada à distribuição e a utilização dos tempos escolares, à constituição dos métodos pedagógicos e à organização das turmas, classes e espaços escolares... as mudanças ocorridas nas formas de organização e uso do tempo escolar, as quais por sua vez, guardaram estreitas relações com o desenvolvimento dos métodos e das matérias pedagógicas e a construção de espaços escolares.

Portanto, tempo e espaços escolares foram, desde o século XIX, forjados em uma relação de interdependência. A modificação de um implica na transformação do outro. Nesse sentido, os jovens entrevistados indicam muito claramente que não se pode falar em uma experiência de tempo integral sem que seja mobilizada a integralidade do espaço escolar e mesmo da cidade como elemento educativo<sup>10</sup>.

### **Considerações Finais**

O modelo de escola de tempo integral que foi implementado em Governador Valadares/MG deve ser entendido como um projeto que se valeu de algumas políticas públicas que tiveram foco na ampliação da escolarização como parte do cumprimento de um direito básico da população, sobretudo daqueles que encontravam em situação de vulnerabilidade social. Essas políticas foram colocadas em destaque no início do século XXI a partir de uma lógica que buscava organizar as atividades através de turnos e contraturnos procurando dinamizar o funcionamento da escola em tempo ampliado evitando, com isso, a mera duplicação da jornada escolar.

No entanto, não foi isso que correu de fato em Governador Valadares/MG que, a partir de 2010, impôs de forma compulsória a escola de tempo integral na rede de ensino do município. Em Governador Valadares/MG o que encontramos foi uma escola que ampliou o tempo sem modificar o modelo tradicional de educação.

---

<sup>10</sup> Algumas experiências de ampliação do tempo escolar têm atuado fortemente no reposicionamento da escola em face à cidade e utilizado os espaços da cidade como elementos educativos. Em relação a essa experiência merece destaque duas propostas que ocorreram, no Brasil, nos anos de 1990: a *Escola Plural* em Belo Horizonte/ MG e os *Centro Integrados Municipais* de Porto Alegre/RS. Para mais informações ver: LEITE et. Al., 2015)

Quando discutimos a ampliação do tempo escolar não podemos levar em consideração apenas a ampliação do tempo cronológico das atividades. Isso ficou evidente nas entrevistas que elaboramos com jovens que se recusaram a permanecer na escola de tempo integral e se transferiram para escolas de tempo parcial. Essa atitude revela que os jovens não recusaram a lógica escolar, mas, resistiram à sua realização no chamado tempo integral.

Essa experiência revela que a ampliação do tempo escolar, que vem cada vez mais mobilizando as políticas educacionais, não pode ser pensada como um elemento isolado de outras dimensões presentes no processo de escolarização. Desta forma, pensar na ampliação do tempo implica necessariamente na reorganização efetiva dos saberes e do espaço escolar. Também deve ser levado em conta os sujeitos presentes na comunidade escolar que devem ser mobilizados para pensar as formas e os sentidos de reordenação do tempo dentro da lógica escolar.

Essa atenção com os sujeitos deve ocorrer, sobretudo, em relação aos estudantes que são os principais destinatários dessa experiência. A percepção desse segmento deve necessariamente ser levada em conta. A experiência de Governador Valadares/MG revela que os estudantes devem ser levados em consideração, principalmente, quando esses são jovens que possuem alguma autonomia para analisar e interferir em suas trajetórias de escolarização.

## Referências

ARROYO, Miguel G. O direito ao tempo de escola. In: **Revista Caderno de Pesquisa**, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1988, p. 3-10.

BRASIL. **Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. Ano 3, 2009, p. 3-64. São Paulo: 2009. [http://www.forumseguranca.org.br/storage/3\\_anuario\\_2009.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/storage/3_anuario_2009.pdf). Acesso em 02.04.2016.

BRASIL. **Lei nº 13.005 de 25 de Junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: 2014. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm). Acesso em 02.06.2016.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, Distrito Federal: MEC, 1996

BRASIL. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), de que trata o Art. 60 do ADCT; altera a Lei 10.195/2001, revoga dispositivos das Leis 9.424/1996, 10.880/2004 e 10.845/2004. Brasília, 2007

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa Interministerial Nº 17**. Institui o Programa Mais Educação. Brasília, DF: MEC, 2007.

CAVALIERE, A. M. V. Tempo de escola e qualidade na educação pública. **Revista Educação Social**. Campinas/SP, p.1015-1035, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300018>.

CAVALIERE, A. M. V. Escola Pública de Tempo Integral no Brasil: Filantropia ou Política de Estado? In: **Revista Educação e Sociedade**, Campinas/SP, v. 35, n.º. 129, p. 1205-1222, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/es0101-73302014142967>.

DAYRELL, J.; J. CARRANO, Paulo César R. Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo. In: **25ª Reunião Anual da ANPED**. Caxambu, 2002.

FARIA FILHO, L. M de; VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. n.14, p.19-34, 2000.

GOVERNADOR VALADARES. **Caderno de Diretrizes Curriculares - 1**. Governador Valadares, Secretaria Municipal de Educação, 2009.

GRUPO TEIA – Territórios, Educação Integral e Cidadania. **Relatório do Projeto de Avaliação e Monitoramento do Programa Escola de Tempo Integral da Secretaria Municipal de Educação de Governador Valadares – MG**. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2012, 128 p.

LEITE, L. H. A.; OLIVEIRA, F. S.; MENDONÇA, P.M. A Educação Integral como Direito. Concepções e desafios. In: GUIMARÃES, M.B.; MAIA, C. L.; PASSADES, D. (org.). **Educação Integral: contribuições da extensão da UFMG**. Belo Horizonte: UFMG, p.33-52, 2015.

MAURÍCIO, L. V. Políticas públicas, tempo, escola. In: COELHO, Lígia Martha. C. C. (org.). **Educação Integral em tempo integral: estudo e experiências em processo**. Petrópolis, RJ: FAPERJ, 2009, p. 69-87.

MENEZES, J. S. S. Educação integral & tempo integral na educação básica: Da LDB ao PDE. In: COELHO, Lígia Martha. C. C. (org.). **Educação Integral em tempo integral: estudo e experiências em processo**. Petrópolis, RJ: DP ET Alii, Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009, p. 69-87.

MOLL, J. A agenda da educação integral: compromissos para sua consolidação como política pública. In: MOLL, Jaqueline [et al.]. **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012, p. 129-146. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0104-40602012000300019>.

PARENTE, C. da M. D. A construção dos tempos escolares. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v.26, n.02, p.135-156, ago. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982010000200007>.

ROCHA, Roosvany Beltrame. **Caminhos e descaminhos da escola de tempo integral de Governador Valadares-MG: trajetórias de resistência de jovens**. 2017. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017.

SPOSITO, M. P. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p.87-127. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-20702005000200020>.

SOUZA, M. C. R. F. **Relação com o saber e Educação Integral: um estudo sobre estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental no contexto da Escola em Tempo Integral**. 2015, 245 p. Relatório de Pesquisa (Pós-Doutorado). Universidade Federal de Sergipe, 2015.